



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

Orientações para a construção do Projeto Pedagógico de Curso

Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação do Ensino

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

Sumário

1	Apresentação	5
2	As componentes do Projeto Pedagógico de Curso	8
2.1	Identificação do curso.....	8
2.1.1	Denominação do Curso	8
2.1.2	Código e-mec.....	8
2.1.3	Habilitação (quando houver).....	8
2.1.4	Grau acadêmico conferido	8
2.1.5	Modalidade de ensino	8
2.1.6	Regime de matrícula.....	8
2.1.7	Tempo de duração (em semestres).....	8
2.1.8	Carga horária mínima (em horas).....	9
2.1.9	Número de vagas ofertadas por ingresso (cursos na modalidade presencial) ou Número médio de Vagas por polo (cursos na modalidade a distância).....	9
2.1.10	Número de entradas	9
2.1.11	Turnos de funcionamento (cursos presenciais) ou o modelo de funcionamento (cursos a distância)	9
2.1.12	Local de funcionamento	10
2.1.13	Forma de ingresso	10
2.2	Fundamentação legal	10
2.3	Contextualização	10
2.3.1	Histórico da UFMS	10
2.3.2	Histórico da Unidade da Administração Setorial de lotação do curso (cursos presenciais) ou da Educação a Distância na UFMS (cursos na modalidade a distância)	10
2.3.3	Histórico do curso	11
2.4	Necessidade social do curso.....	11
2.4.1	Indicadores socioeconômicos da população da mesorregião de atuação do curso	11
2.4.2	Indicadores socioambientais da mesorregião de atuação do curso	11
2.4.3	Análise da oferta do curso na mesorregião	11
2.5	Concepção do curso.....	11



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

2.5.1	Dimensões formativas.....	11
2.5.2	Estratégias para o desenvolvimento de ações interdisciplinares.....	13
2.5.3	Perfil desejado do egresso.....	13
2.5.4	Objetivos.....	14
2.5.5	Metodologias de Ensino.....	14
2.5.6	Avaliação.....	15
2.6	Administração acadêmica do curso.....	15
2.6.1	Atribuições do Colegiado de Curso.....	15
2.6.2	Atribuições do Núcleo Docente Estruturante do Curso.....	15
2.6.3	Perfil da Coordenação do Curso.....	16
2.6.4	Organização acadêmico-administrativa.....	16
2.6.5	Atenção aos discentes.....	16
2.7	O Currículo e a Gestão Didático – Pedagógica do Curso.....	17
2.7.1	Matriz curricular.....	18
2.7.2	Quadro de semestralização.....	20
2.7.3	Tabela de equivalência das disciplinas.....	20
2.7.4	Lotação das disciplinas.....	21
2.7.5	Ementário.....	21
2.7.6	Bibliografia básica e complementar.....	21
2.7.7	Política de implantação da nova matriz curricular.....	22
2.8	Políticas.....	22
2.8.1	Capacitação do corpo docente.....	23
2.8.2	Inclusão de pessoas com deficiência.....	23
2.8.3	Inclusão de cotistas.....	23
2.8.4	Atendimento aos requisitos legais e normativos: relações étnico-raciais, direitos humanos, história afro-brasileira, história africana e indígena e educação ambiental.....	23
2.9	Sistema de avaliação.....	24
2.9.1	Sistema de avaliação do processo formativo.....	24
2.9.2	Sistema de autoavaliação do curso.....	24
2.9.3	Participação do corpo discente na avaliação do curso.....	25



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

2.9.4	Projeto institucional de monitoramento e avaliação do curso	25
2.10	Atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação	25
2.10.1	Atividades Orientadas de Ensino (quando houver).....	25
2.10.2	Atividades complementares	25
2.10.3	Atividades de extensão.....	26
2.10.4	Atividades obrigatórias (específicos para os cursos da ead).....	26
2.10.5	Estágio obrigatório (quando houver) e Não Obrigatório	26
2.10.6	Natureza do Estágio	27
2.10.7	Participação do corpo discente nas atividades acadêmicas;.....	27
2.10.8	Prática de ensino (específico para os cursos de Medicina).....	27
2.10.9	Prática de ensino na área de saúde (específico para os cursos da área de saúde, exceto Medicina)	27
2.10.10	Prática de Ensino como componente curricular (específico para os cursos de licenciatura)	27
2.10.11	Trabalho de conclusão de curso (quando houver)	28
2.11	Desenvolvimento de materiais pedagógicos (obrigatório para cursos na EaD)	28
2.12	Infraestrutura necessária ao curso	28
2.13	Plano de incorporação dos avanços tecnológicos ao ensino de graduação....	28
2.14	Considerações finais	28
2.15	Referências	28
2.16	Anexos	29
2.17	Apêndices.....	29
2.18	Apêndice – Requisitos legais que devem ser contemplados no PPC do curso	30
3	Referências	32



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

1 Apresentação

O presente texto traz as definições dos termos constantes da Resolução XXX/2015 que define os elementos constantes do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) dos cursos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O Projeto Pedagógico de um curso é o documento orientador da formação a ser ofertada pela UFMS em dada área do conhecimento. Ele expressa o perfil do profissional a ser formado, a necessidade social e econômica deste profissional para dada região do Estado de Mato Grosso do Sul, área de atuação da UFMS, e as estratégias necessárias para que este profissional seja formado.

O Projeto Pedagógico de Curso deve contemplar as especificidades de cada região do estado, contemplando diferentes demandas culturais, sociais, históricas e econômicas, porém respeitando princípios gerais definidos na Política de Ensino de Graduação da UFMS. Alguns destes princípios gerais são:

1. Indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão ao longo do percurso formativo;
2. Flexibilidade curricular, permitindo a construção de diferentes percursos formativos;
3. Inclusão de todos no processo formativo, permitindo que as especificidades de cada sujeito sejam contempladas no Projeto Pedagógico;
4. Qualidade acadêmica, caracterizada pelo domínio de conceitos, técnicas e processos associados ao saber fazer profissional e à construção do conhecimento científico;
5. Respeito à pluralidade e à diversidade, respeitando-se as diferenças culturais, religiosas, de gênero e de orientação sexual;
6. Respeito aos Direitos Humanos, promovendo ações que os promovam no dia-a-dia institucional;
7. Promoção do desenvolvimento do sujeito nas dimensões ética, estética, cognitiva, política e social;
8. Desenvolvimento de estratégias formativas que promovam a autonomia dos sujeitos;
9. Promoção da permanência dos estudantes em condições de vulnerabilidade, criando condições para que permaneçam na instituição e terminem seus estudos;
10. Discussão democrática dos processos ligados ao ensino de graduação;
11. Promoção da qualificação permanente e continuada do corpo docente e de servidores técnico-administrativos em educação;
12. Percepção de que os seres humanos são seres sociais que constroem sua humanização por meio da interação, mediada pela cultura, com outros seres humanos.



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

13. Eficiência na gestão dos recursos disponíveis;
14. Intercâmbio contínuo com a sociedade civil visando à discussão de temas ligados à formação ofertada pelos cursos de graduação da UFMS;
15. Avaliação constante do processo formativo e incorporação dos resultados da avaliação aos processos de gestão.

Estes princípios devem orientar as estratégias propostas no Projeto Pedagógico do Curso para que os sujeitos construam o conhecimento. Nesta concepção teórica, o conhecimento é construído a partir da interação de três elementos, conforme mostrado na Figura 1.

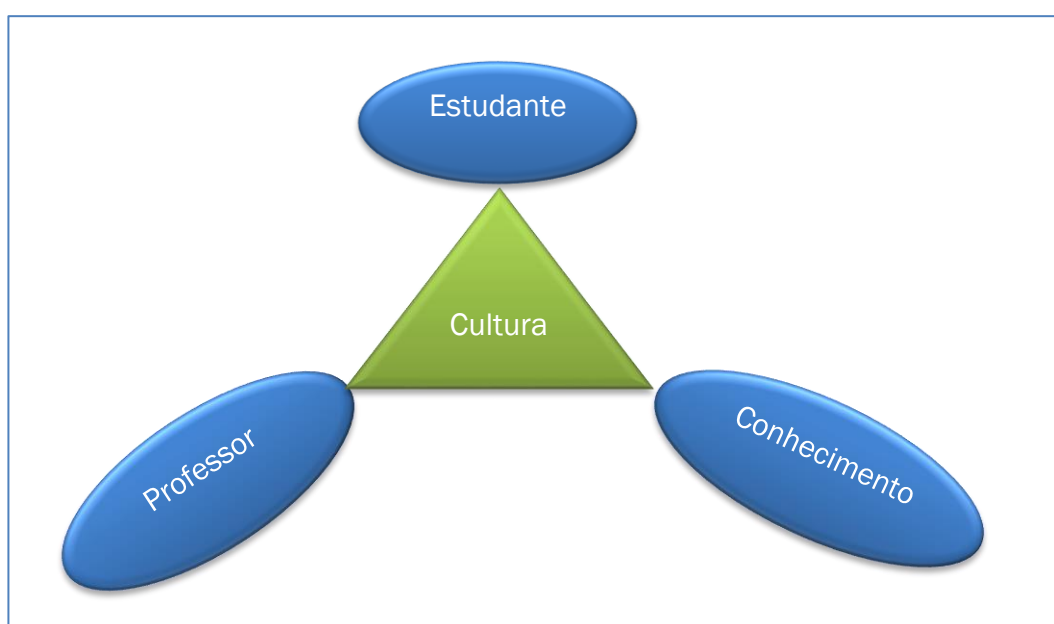


Figura 1 - Relação entre os elementos presentes no processo didático.

Observe-se que é possível (e desejável) que os estudantes interajam com o objeto do conhecimento diretamente, sob orientação de um professor. Ou seja, a construção de conhecimento por parte dos estudantes não ocorre apenas no espaço interacional da sala de aula (presencial ou virtual), mas também acontece quando o estudante, sob a orientação de um professor ou de forma autônoma, interage com os objetos do conhecimento por meio de artefatos culturais. Neste sentido, o Projeto Pedagógico de um curso de graduação pode ser pensado a partir de duas categorias de componentes: as disciplinares e as não disciplinares.

Na categoria das componentes disciplinares, a interação dos estudantes é, principalmente, mediada pela ação dos docentes. Esta mediação pode ser a tradicional aula expositiva ou a orientação em uma aula de laboratório ou de campo, por exemplo. Na categoria das componentes não disciplinares, estão as atividades desenvolvidas pelos



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

estudantes de forma autônoma. Autonomia aqui não significa não orientação, mas sim que o estudante é quem realiza o trabalho e o principal mediador são os objetos culturais (os diferentes textos a serem lidos e refletidos pelo estudante, por exemplo). Neste caso, a construção do conhecimento se dá pela incorporação por parte do estudante dos significados contidos no material mediador e sua ressignificação a partir da interação daqueles significados com os significados já presentes na estrutura cognitiva do estudante. Neste caso, o professor atua como um facilitador deste processo interacional (ROSA, 2011; VYGOTSKY, 1991; VYGOTSKY, 1993). São exemplos de atividades não disciplinares o Trabalho de Conclusão de Curso, as Atividades Complementares e as Atividades Orientadas de Ensino.

Ponto importante a ser lembrado é que o Projeto Pedagógico de Curso é o documento base consultado pelos avaliadores do Ministério da Educação nos processos de autorização (antes de o curso começar) ou de reconhecimento (após a primeira metade do curso ter sido cumprida) ou de Renovação de Reconhecimento do Curso (avaliações do curso que ocorrem em períodos de tempo definido pelo Ministério da Educação ou quando o curso apresenta mau desempenho em avaliações como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE).

O que os avaliadores buscam é estabelecer o grau de coerência entre o que está proposto no Projeto Pedagógico do Curso e as ações institucionais que embasam o que está proposto naquele Projeto. Assim, por exemplo, a adequação da infraestrutura (laboratórios específicos, biblioteca, principalmente a presença dos textos colocados como básicos no PPC, laboratórios de informática, etc.), a titulação e experiência do corpo docente (principalmente do Coordenador do Curso), o respeito aos dispositivos legais (acessibilidade arquitetônica, atitudinal e pedagógica, políticas de inclusão, etc.), o alinhamento do PPC com os documentos institucionais (o Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI, e o Projeto Pedagógico Institucional, PPI), a qualificação do corpo técnico-administrativo, as ações do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado de Curso, etc. serão cotejados com o Projeto Pedagógico do Curso (BRASIL/MEC/INEP, 2015). A pergunta que o avaliador se coloca é: estes elementos são suficientes para que o Projeto Pedagógico do Curso cumpra o que se propõe?

Posto isto, desnecessário dizer da importância do trabalho executado pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado de Curso. O primeiro como organismo pensante do curso e o segundo como seu organismo executivo.

Nas próximas seções descreveremos o significado de cada termo componente do Projeto Pedagógico de Curso. Atualmente, o Núcleo de Tecnologia de Informação está desenvolvendo um sistema específico para inserção do Projeto Pedagógico de Curso, no qual os campos descritos abaixo serão preenchidos.



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

2 As componentes do Projeto Pedagógico de Curso

2.1 Identificação do curso

Neste módulo deverão ser listados os principais parâmetros de identificação do curso.

2.1.1 Denominação do Curso

Identificar com a denominação constante no ato legal de criação pelo Conselho Universitário ou de alteração de denominação, quando for o caso (preenchimento automático pelo sistema).

2.1.2 Código e-mec

Código gerado pelo sistema de cadastramento de cursos do Ministério da Educação (MEC) quando do lançamento do curso pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (preenchimento automático pelo sistema).

2.1.3 Habilitação (quando houver)

Identificar se é Bacharelado ou Licenciatura ou Curso Superior de Tecnologia (preenchimento automático pelo sistema).

2.1.4 Grau acadêmico conferido

Identificar se é Bacharel, Licenciado ou Tecnólogo (preenchimento automático pelo sistema).

2.1.5 Modalidade de ensino

Definir se é presencial ou a distância. Identificar com a denominação constante no ato legal de criação pelo Conselho Universitário ou de alteração de denominação, quando for o caso (preenchimento automático pelo sistema).

2.1.6 Regime de matrícula

Sistema semestral de matrículas por disciplina (preenchimento automático pelo sistema).

2.1.7 Tempo de duração (em semestres)

Informar o tempo de duração mínima e máxima do curso para a integralização curricular de acordo com a legislação federal e as normas da UFMS:

- a) Tempo previsto para integralização curricular: este é o tempo estimado para a conclusão do curso. As componentes curriculares deverão ser distribuídas neste tempo. Não pode ser inferior ao mínimo estipulado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para cursos com Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas por aquele Conselho;
- b) Mínimo CNE (em semestres): número mínimo de semestres definido pelo Conselho Nacional de Educação por meio da Diretriz Curricular do Curso (preenchimento automático pelo sistema);



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

- c) Máximo UFMS (em semestres): número máximo de semestres proposto pelo Colegiado de Curso ou Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso para a integralização curricular.

O tempo máximo, em semestres, permitido pela UFMS para a integralização curricular, é calculado adicionando-se cinquenta por cento do tempo previsto para a integralização curricular (preenchimento automático pelo sistema).

Exemplo: curso previsto para ser integralizado em oito semestres (tempo previsto) pode ser integralizado em até doze semestres (tempo máximo).

2.1.8 Carga horária mínima (em horas)

Informar a carga horária mínima e máxima do curso de acordo com a legislação federal e as normas internas da UFMS:

- a) Mínimo CNE (preenchimento automático pelo sistema);
- b) Mínimo UFMS;

Lembre que, pelas normas da UFMS, a carga horária do curso não pode exceder a dez por cento da carga horária mínima estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação, independente do número de semestres necessários à integralização da matriz curricular.

2.1.9 Número de vagas ofertadas por ingresso (cursos na modalidade presencial) ou Número médio de Vagas por polo (cursos na modalidade a distância)

Indique o número de vagas previstas para ingresso no curso em cada processo seletivo (preenchimento automático pelo sistema).

2.1.10 Número de entradas

Indique o número de processos seletivos previstos para o curso a cada ano (preenchimento automático pelo sistema).

Exemplos:

- a) Curso que realiza processo seletivo somente no verão ou apenas no inverno. Número de entradas: 1;
- b) Curso que realiza processo seletivo no verão e no inverno: Número de entradas: 2;
- c) Curso que realiza processo seletivo no verão, mas metade dos alunos começa o curso em fevereiro e outra metade em agosto. Número de entradas: 1.

2.1.11 Turnos de funcionamento (cursos presenciais) ou o modelo de funcionamento



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

(cursos a distância)

Indique os turnos de funcionamento do curso: matutino, vespertino ou noturno. Observe que o turno de funcionamento não é sinônimo de turno de oferta de disciplinas. Os alunos podem ter aulas somente no período da manhã e desenvolverem outras atividades na parte da tarde. Neste caso, os turnos de funcionamento do curso serão matutino e vespertino. Quando mais de um turno é utilizado pelo curso, este é dito em tempo integral.

Para cursos na modalidade a distância, deverá ser especificado se o curso é semipresencial ou totalmente a distância (respeitado o requisito legal que exige avaliações presenciais). Os dias de funcionamento do curso deverão ser especificados no caso de curso a distância na modalidade semipresencial.

2.1.12 Local de funcionamento

Indique a Unidade Setorial de Lotação do curso e endereço da Unidade. No caso de cursos na modalidade a distância, no endereço indique os endereços dos polos nos quais o curso funcionará.

2.1.13 Forma de ingresso

Indique a forma de ingresso: SiSU, Vestibular, ingresso de diplomado, transferências, etc. Observe que parte das vagas pode ser ofertada por meio de um tipo de processo seletivo (SiSU, por exemplo) e outra parte por outro processo (Vestibular, por exemplo).

2.2 Fundamentação legal

Insira os atos legais e normativos do curso: Resoluções dos Conselhos da UFMS, Atos normativos referentes à Autorização para o funcionamento (quando for o caso), de reconhecimento e de renovação de reconhecimento do curso.

2.3 Contextualização

2.3.1 Histórico da UFMS

Esta seção terá um texto padrão, produzido pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (preenchimento automático pelo sistema).

2.3.2 Histórico da Unidade da Administração Setorial de lotação do curso (cursos presenciais) ou da Educação a Distância na UFMS (cursos na modalidade a distância)

Texto padrão, produzido por cada Unidade da Administração Setorial nos casos de cursos presenciais, descrevendo o histórico de formação da Unidade da Administração Setorial de lotação do curso, indicando os instrumentos legais que criaram a unidade, ou, no caso de cursos a distância, texto padrão produzido pela Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância descrevendo a história da Educação a Distância na UFMS, também indicando os instrumentos legais que criaram a EaD na UFMS (preenchimento automático pelo sistema).



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

2.3.3 Histórico do curso

Para cursos novos, descreva o processo que levou à apresentação da proposta de criação do curso. Para cursos cujo Projeto Pedagógico de Curso esteja sendo alterado, descreva as etapas pelas quais o curso passou até chegar à proposta atual.

2.4 Necessidade social do curso

Justifique a oferta do curso tendo por base os contextos local e da mesorregião¹ na qual a Unidade da Administração Setorial está localizada. Descreva, também, o impacto da proposta nos âmbitos estadual, regional e nacional, incluindo dados estatísticos, socioeconômicos, ofertas similares por outras IES e as demandas que justificam a oferta do curso².

2.4.1 Indicadores socioeconômicos da população da mesorregião de atuação do curso

Com base em informações oficiais (o portal o IBGE é uma ótima fonte de dados), indique quais são os indicadores socioeconômicos da mesorregião de atuação do curso: população, renda per capita e por domicílio, número de matrículas no ensino médio, indicadores da atividade econômica da região, relevância econômica e social da cidade sede do curso (no caso de cursos presenciais) ou das cidades sede dos polos (no caso de cursos a distância) e outros que os responsáveis pela apresentação da proposta do curso julgarem relevantes.

2.4.2 Indicadores socioambientais da mesorregião de atuação do curso

Indique quais são as características ambientais e sociais da mesorregião na qual o curso será ofertado. Aponte o impacto (real, no caso de alterações no PPC, ou potencial, no caso de proposta de curso novo) do curso na melhoria destes indicadores.

2.4.3 Análise da oferta do curso na mesorregião

Aponte quais outras instituições ofertam o mesmo curso na mesorregião de atuação do curso, com ênfase em parâmetros tais como: número de vagas ofertadas, relação número de vagas ofertadas/número de matrículas no ensino médio, número de formandos, estimativa anual do número de formandos, estimativa de vagas ociosas no mercado de trabalho na área de formação do curso na mesorregião.

2.5 Concepção do curso

2.5.1 Dimensões formativas

O papel de qualquer elemento no sistema educacional é o de oferecer oportunidades para que o humano seja construído. Na visão da UFMS, o humano é um construto social, historicamente construído, e não natural. O processo de construção do humano se dá no contexto social e é por ele guiado, em um processo que começa na intersubjetividade, mediada, principalmente, pela linguagem em direção ao intrasubjetivo, pela construção

¹ A mesoregião é entendida como a área de influência da cidade sede do curso e a região como sendo a própria região Centro-Oeste.

² Uma boa fonte de referências para coletar estes dados é o portal do IBGE (www.ibge.gov.br).



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

de significados pelos sujeitos. Estes significados são construídos a partir da interação de significados já construídos pelo sujeito com os significados de outros sujeitos compartilhados nas relações sociais, de caráter intersubjetivo (VYGOTSKY, 1991; BAKTHIN, 2006).

O humano compreende diferentes dimensões formativas, não excludentes, mas em permanente tensão e complementaridade, gerando sinergias de modo que a totalidade exceda a simples soma das partes.

As dimensões formativas que devem ser contempladas em um curso em nível superior são:

2.5.1.1 Dimensão técnica

As habilidades e competências desejadas no campo técnico, o campo do saber fazer profissional do egresso, devem ser coerentes com os objetivos e com as DCNs do curso, atendendo aos critérios de clareza e coerência em relação às necessidades profissionais³. Em um curso de graduação, aspectos ligados aos fundamentos profissionais, os conceitos estruturantes de um campo, devem ser privilegiados em relação à especialização precoce. No mundo que vivemos, a transformação é a palavra chave. Portanto, um curso superior deve privilegiar estratégias que permitam a seus egressos desenvolverem processos adaptativos no mundo do trabalho, desenvolvendo a autonomia dos estudantes para aprendizagem de novos conteúdos.

2.5.1.2 Dimensão Política

A Dimensão Política diz respeito à formação de um sujeito capaz de compreender as relações de poder, de natureza ideológica, que regulam o ambiente social e o ambiente do trabalho. Diz respeito à compreensão dos processos de exploração, dominação e subordinação que se estabelecem no convívio social e as diferentes formas de manipulação para a consecução dos objetivos de classe.

Nesta dimensão, deve-se levar em conta que não existe o natural, o dado pela natureza, mas que todos os processos decisórios são guiados pelas ideologias em disputa em torno daquela decisão. A decisão técnica é apenas uma das possibilidades de decisão.

2.5.1.3 Dimensão Desenvolvimento Pessoal

A formação não deve esquecer que o sujeito existe no trabalho, mas também existe fora dele. O desenvolvimento de centros de interesse outros que o do trabalho favorece o desenvolvimento harmônico do ser humano, ao permitir-lhe a vivência de experiências prazerosas que contribuem para a diminuição do estresse, por exemplo, contribuindo desta forma para o desenvolvimento da própria atividade laboral.

³ As Diretrizes Curriculares Nacionais podem ser encontradas no portal do CNE (portal.mec.gov.br).



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

Nesta dimensão, o desenvolvimento de capacidades cognitivas que permitam ao sujeito a formação continuada autônoma também deve ser privilegiado. Outras competências desejadas são nas dimensões estética e artística.

2.5.1.4 Dimensão Cultural

Por cultura, entendemos aquilo que é humano, não natural. A cultura é o principal elemento mediador da formação do humano. As interações entre seres humanos no ambiente cultural é que permitem a intrasubjetividade a partir da intersubjetividade, com o desenvolvimento de conceitos, crenças e ideias. O espaço educativo deve oferecer oportunidades aos acadêmicos de terem contato com outros aspectos da cultura que não sejam aqueles do seu ambiente natural, permitindo-lhes o desenvolvimento de outras perspectivas de mundo.

Observe-se que há uma forte interação entre a Dimensão Desenvolvimento Pessoal e esta.

2.5.1.5 Dimensão Social

Considerando que o ser humano somente se realiza no social, o desenvolvimento de competências nesta dimensão (competências socioemocionais) é de extrema importância para o convívio em uma sociedade democrática, bem como para o desenvolvimento das atividades profissionais, as quais, em sua grande maioria, se desenvolvem em equipes em ambientes multidisciplinares. O desenvolvimento de competências socioemocionais é de fundamental importância ao futuro profissional (GOLEMAN, 1996).

2.5.2 Estratégias para o desenvolvimento de ações interdisciplinares

Na sociedade do século XXI o trabalho em equipe é central e o domínio de diferentes contextos disciplinares é necessário para o desenvolvimento das tarefas, mesmo as mais simples. Assim, os cursos de graduação deverão contemplar a interlocução entre os diferentes saberes necessários à formação. O PPC do curso deve explicitar quais as estratégias que serão adotadas para promover e implementar abordagens interdisciplinares ao longo do curso.

2.5.3 Estratégias para integração das diferentes componentes curriculares

Estas estratégias compreendem as ações que serão desenvolvidas pelo Colegiado de Curso para promover o diálogo e o trabalho cooperativo entre os docentes responsáveis por ministrarem disciplinas ao curso. Estas estratégias se desdobram em ações envolvendo docentes que ministram disciplinas ao mesmo conjunto de alunos, enquadrados em dado semestre do curso, ou que ministram disciplinas pertencentes a um mesmo eixo temática (professores que ministram disciplinas de Matemática a um curso de Engenharia, por exemplo).

2.5.4 Perfil desejado do egresso

O perfil desejado do egresso deve ser coerente com os objetivos do curso, atendendo aos critérios de clareza e coerência em relação às necessidades profissionais e sociais. Deve



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

ser observado que os objetivos do curso se subordinam ao perfil do egresso que é delineado aqui. O curso deve ser estruturado para que o egresso do curso tenha o perfil desejado.

2.5.5 Objetivos

Os objetivos gerais e específicos do curso devem atender aos critérios de clareza, abrangência, possibilidade de geração de metas e compatibilidade com a concepção filosófica (teórico-metodológica) e com as DCNs para o curso.

Um objetivo educacional deve apontar para elementos que possam ser observáveis, seja por métodos qualitativos seja por métodos quantitativos.

Observe-se este ponto importante: um objetivo não diz respeito à intencionalidade do docente ou do curso, mas devem dizer respeito a comportamentos que são esperados serem apresentados pelos sujeitos que seguirão o curso.

Assim, por exemplo, o objetivo abaixo é inadequado:

Orientar os estudantes do curso sobre como escolher um emprego na área que assegure seu desenvolvimento profissional.

Este objetivo diz respeito a uma ação a ser desenvolvida pelo Colegiado de Curso, por exemplo. Este objetivo seria mais bem escrito na forma:

Os estudantes ao concluírem o curso devem ser capazes de realizar escolhas a respeito de sua carreira que lhes permitam o desenvolvimento profissional.

2.5.6 Metodologias de Ensino

Descreva as metodologias que serão usadas no curso para promover a aprendizagem, destacando os pressupostos teóricos e metodológicos da proposta pedagógica.

A fundamentação teórica e metodológica deve atender aos critérios de clareza e coerência em relação à missão da UFMS, aos objetivos, ao perfil do egresso, ao currículo proposto, ao sistema de avaliação, à concepção teórica sobre a formação dos sujeitos e à necessidade profissional e social do curso.

Deve ser informado, também, como se articulam os eixos dos conteúdos, como estão organizados na matriz curricular e suas metodologias, incluindo, quando houver: Trabalho de Conclusão de Curso, Atividades Práticas, Estágio, Atividades Orientadas de Ensino e Atividades Complementares.

Especial atenção deve ser dada às metodologias do curso para alunos com necessidade de atendimento especial (permanentemente ou momentaneamente), indicando quais



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

metodologias de ensino serão utilizadas para o atendimento a estes alunos. Também neste item, devem ser listadas as metodologias a serem utilizadas com alunos com dificuldades de aprendizagem ou a alunos superdotados.

Caso o curso utilize de metodologias baseadas na Educação a Distância, estas metodologias devem ser descritas e estabelecido o percentual da carga horária admitida no curso e por disciplina utilizando estas metodologias. Do mesmo modo, a inclusão de novas tecnologias de informação e comunicação nas atividades didáticas deve ser descrita. Observe-se aqui que esta introdução se subordina ao didático, não devendo ocorrer a introdução da tecnologia apenas por ela mesma.

Observe-se que as metodologias de ensino propostas no Projeto Pedagógico do Curso devem ser diferenciadas de modo a respeitar a diversidade cultural e de habilidades dos alunos do curso. Sempre que possível, metodologias ativas devem ser utilizadas, de modo a possibilitar a construção da autonomia dos sujeitos. Além disso, as metodologias utilizadas devem trabalhar competências profissionais além da dimensão puramente técnica como, por exemplo, hábitos profissionais necessários ao bom desempenho no ambiente do trabalho.

É importante ressaltar a necessidade de as metodologias de ensino inserirem a dimensão ética e a dimensão estética no ensino.

2.5.7 Avaliação

A avaliação deve descrever como se darão os processos avaliativos. Observe-se que não se fala aqui da forma como médias são calculadas ou da nota mínima para aprovação em uma disciplina ou número de avaliações. Isto já é normatizado pelo Conselho de Ensino de Graduação.

Trata-se aqui de explicitar a filosofia da avaliação aplicada ao longo do curso, seus pressupostos epistemológicos, as competências que os processos avaliativos procurarão identificar, as modalidades aceitas como forma de avaliação e assim por diante.

2.6 Administração acadêmica do curso

2.6.1 Atribuições do Colegiado de Curso

Neste item devem ser descritos as atribuições do Colegiado de Curso. Ele será preenchido automaticamente a partir do Regimento e do Estatuto da UFMS.

2.6.2 Atribuições do Núcleo Docente Estruturante do Curso

Neste item devem ser descritos as atribuições do Núcleo Docente Estruturante. Ele será preenchido automaticamente a partir da regulamentação a respeito deste tema na UFMS.



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

2.6.3 Perfil da Coordenação do Curso

Deve ser informado qual o perfil desejado da Coordenação do Curso e as tarefas a ela pertinentes (quando já não estiverem contempladas no Estatuto ou no Regimento Geral ou nas Normas para os Cursos de Graduação, tanto presenciais como a distância).

2.6.4 Organização acadêmico-administrativa

Neste item deve ser informada a forma da organização do curso, ou seja, como o seu desenvolvimento é acompanhado. A organização acadêmico - administrativa acontece nas dimensões:

- a) Controle Acadêmico – descrever como é registrada a vida acadêmica dos estudantes e realizado o atendimento aos acadêmicos, explicitando como os acadêmicos têm acesso às informações sobre a sua vida acadêmica;
- b) Acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso - descrever como ocorre o acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso, a maneira pela qual os processos avaliativos são utilizados como ferramentas de gestão do curso, influenciando o seu planejamento;
- c) Acompanhamento Pedagógico – descrever as formas de acompanhamento do desenvolvimento das diferentes componentes curriculares e as formas pelas quais os professores que atuam no curso são capacitados;
- d) Gestão – descrever os mecanismos de gestão do curso, tais como: composição dos órgãos colegiados, formas de escolha dos dirigentes da unidade e do curso, formas de escolha dos discentes que pertencem aos órgãos colegiados e a forma de escolha do coordenador do curso;
- e) Pessoal técnico-administrativo - descrever o número e qualificação do pessoal que executa serviços nos setores de suporte acadêmico (secretaria acadêmica, biblioteca, serviços de manutenção, suporte à informática e sistemas de comunicação, etc.).

2.6.5 Atenção aos discentes

Informar a existência de ações de apoio aos discentes do curso, nos diferentes períodos letivos e turnos de funcionamento, tais como: apoio a participação em eventos, apoio pedagógico, acompanhamento psicopedagógico, mecanismos de nivelamento, acompanhamento de egressos, meios de divulgação de trabalhos e produções dos acadêmicos, subsídios aos acadêmicos (bolsas de estudo, alimentação, residência e restaurante universitário), política de atendimento à pessoa com deficiência, contemplando os aspectos relevantes da formação e do atendimento.



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

2.7 O Currículo e a Gestão Didático – Pedagógica do Curso

Para fins deste texto, entendemos como currículo ao conjunto de conhecimentos e competências que podem ser construídos por um estudante ao longo de seu percurso formativo. O conjunto de conhecimentos e competências que caracteriza o currículo envolve as dimensões cognitiva, procedimental, atitudinal, emocional, afetiva, ética e estética.

O percurso formativo do estudante se desenvolve ao longo de atividades formativas, organizadas na forma de componentes curriculares: disciplinas, atividades de extensão, atividades de ensino, atividades de pesquisa, atividades complementares e estágios.

As componentes curriculares (aí incluída a matriz curricular) devem ser organizadas ao longo dos eixos de formação definidos em cada uma das DCNs dos cursos de graduação.

A disciplina é uma atividade formativa (componente curricular) que acontece em espaço presencial ou virtual e envolve a interação entre o professor e os alunos durante intervalo de tempo e espaço pré-definidos. O tempo dedicado às disciplinas é dividido em intervalos menores, chamados de aula. Portanto, a aula precisa para existir, necessariamente, da interação entre professores e alunos. Ao conjunto de disciplinas de um curso, dispostas temporalmente em semestres, com pré-requisitos ou não, em uma sequência aconselhada, chamamos de **Matriz Curricular**.

À disposição de disciplinas ao longo de um conjunto de semestres sugeridos chamamos de **Quadro de Semestralização**.

A relação entre disciplinas que contemplam os mesmos conteúdos nas diferentes dimensões apontadas anteriormente neste texto, trabalhados ao longo de períodos de tempo equivalentes é o que chamamos de **Tabela de Equivalências**. O que importa ao estabelecermos a equivalência entre duas disciplinas (ou entre conjuntos de disciplinas) é a análise da intersecção entre os conteúdos curriculares em cada uma delas e o tempo disponibilizado para trabalhar estes conteúdos, o que implica no grau de aprofundamento possível.

Toda disciplina deve ser lotada em uma Unidade da Administração Setorial. Portanto, o Projeto Pedagógico deve indicar em qual Unidade da Administração Setorial cada disciplina do curso deve ser lotada. Isto é válido tanto para disciplinas já existentes como para novas disciplinas criadas. Neste ponto, convém observar que o princípio de economia na criação de disciplinas deve ser observado. Como apontado anteriormente, a ementa, definida como um conjunto de conhecimentos que devem ser trabalhados na disciplina (ou outra componente curricular), é apenas um resumo executivo da disciplina. O aprofundamento sendo definido pelo tempo dedicado pelo professor a cada tópico da ementa. Assim, duas turmas de uma mesma disciplina podem ter abordagens



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

completamente diferentes dependendo do Plano de Ensino elaborado pelo professor e aprovado pelo Colegiado de Curso no início do semestre.

2.7.1 Matriz curricular

Distribuição das disciplinas nos eixos de acordo com as DCNs para o curso. A Matriz curricular é composta por componentes curriculares obrigatórias e componentes curriculares optativas.

O estudante somente poderá solicitar a colação de grau se tiver cursado com aproveitamento todas as componentes curriculares obrigatórias da matriz curricular do seu curso.

As Componentes Curriculares podem ser de dois tipos: disciplinares e não disciplinares. As primeiras, como o próprio nome aponta, são componentes ofertadas na forma de disciplinas, ofertadas presencialmente ou a distância. As segundas, são atividades que são desenvolvidas pelos alunos de forma independente do calendário acadêmico, podendo ser desenvolvidas, inclusive em períodos não letivos. Tanto as componentes pertencentes ao primeiro grupo como as pertencentes ao segundo grupo podem ter caráter obrigatório ou opcional.

As componentes disciplinares deverão ter sua carga horária expressa em horas e deverá ser indicado no projeto pedagógico como as horas das disciplinas serão distribuídas em cinco categorias de atividades:

1. Atividades Teórico – Práticas

Nesse grupo de atividades estão aquelas relacionadas ao desenvolvimento teórico do campo do conhecimento e as atividades práticas. Essas atividades formam um binômio, uma vez que toda prática é orientada por um referencial de mundo e toda teoria é influenciada pelos resultados das práticas delas oriundas.

Devemos pontuar aqui o que entendemos como atividade prática no campo do ensino: são aquelas atividades que têm por objetivo o exercício de algoritmos, de modos do fazer, de repetição para automação de procedimentos ou assemelhados e que têm por característica a aplicação de conhecimentos obtidos anteriormente em situações assemelhadas à futura ação profissional. Por exemplo, em um curso de Biologia a preparação de uma lâmina para uso no microscópio é uma prática. No curso de Arquitetura o projeto de um edifício que siga certa tendência arquitetônica é uma prática. Na Odontologia, o atendimento em clínica da UFMS de pessoas da população em geral e que procuram o serviço de obturação de dentes é uma prática. Claro que, para todas essas atividades o estudante foi instruído previamente de como elas deveriam ser praticadas de forma correta e o estudante então as exercita.



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

2. Atividades Experimentais

Esse grupo de atividades consiste no exercício do método científico para obtenção de resultados que podem ser sistematizados e formalizados. As atividades experimentais são realizadas em ambientes controlados, com controle de variáveis. Assim, por exemplo, um estudante que estabeleça a relação entre a corrente elétrica em um circuito e o valor da diferença de potencial aplicada está construindo o conhecimento com aquela atividade, no sentido que vai obter uma lei relacionando essas duas quantidades. Observe-se que o conhecimento pode não ser novo para a humanidade, mas novo para o sujeito que o reconstrói. Aqui, o importante é o exercício da metodologia científica. Embora mais característica das áreas das Ciências da Natureza, podemos imaginar atividades experimentais em qualquer área do conhecimento.

3. Atividades de Campo

Essas atividades são desenvolvidas fora do espaço da UFMS em ambiente natural no qual o fenômeno acontece. Por exemplo, uma coleta de plantas no Pantanal, para estudantes da Biologia, ou um passeio pelo centro de Campo Grande para observar os prédios ainda existentes do início do século, em um curso de Arquitetura, ou ainda, uma visita a uma emergência de um hospital, para estudantes de Enfermagem.

4. Prática de Ensino como Componente Curricular

A Prática de Ensino como Componente Curricular (PECC) é obrigatória para os cursos de Licenciatura, com um mínimo de 400 horas. Essa oferta pode ser feita na forma de disciplinas isoladas, distribuídas nas disciplinas do curso ou de forma mista. Cabe ao Colegiado decidir a forma de oferta. Nessa coluna, deverá ser lançada, para cada disciplina do curso o quanto da carga horária da disciplina será ministrada na forma de PECC. Se toda a disciplina é pensada com Prática de Ensino, então a carga horária total da disciplina será lançada aqui. Se for somente parte da carga horária, deverá ser lançada nessa coluna o quanto da carga horária da disciplina deverá ser trabalhada na forma de PECC.

5. Outras Atividades de Ensino

Caso o Colegiado queira desenvolver a disciplina usando outra metodologia, que não as listadas nos itens anteriores, deve lançar nessa coluna o quanto da carga horária da disciplina será desenvolvida usando essas outras atividades.

O Quadro 1 traz exemplos de possíveis tipos de lançamento para um curso de Licenciatura. Naturalmente, a carga horária total é igual à soma das cargas horárias em todos os tipos de atividades



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

Quadro 1 – Exemplo de lançamento das cargas horárias das disciplinas de um curso

Nome da disciplina	CH Total (h)	ATP (h)	AES (h)	APC (h)	ACO (h)	OAE (h)
A	68	68				
B	68	34		34		
C	68		68			
D	68			68		
E	68	51			17	
F	68	34	34			
G	68					68
H	68	17	17	17	17	

2.7.2 Quadro de semestralização

A distribuição sugerida das componentes curriculares nos semestres do curso e os pré-requisitos ao longo do curso.

O pré-requisito é definido como o conjunto de conhecimentos dominados pelo estudante que se supõe necessários ao desenvolvimento dos conhecimentos previstos na componente curricular. Nas diferentes teorias do desenvolvimento, estes conhecimentos recebem diferentes nomes. Na Teoria da Aprendizagem Significativa, por exemplo, são chamados de subsunçores, na Epistemologia Genética de Esquemas de Assimilação e na Teoria Histórico - Cultural é a Zona de Desenvolvimento Real (ROSA, 2011; MOREIRA, 1983; PIAGET, 1978; PIATELLI-PALMARINI, 1983; VYGOTSKY, 1993). O pré-requisito é materializado como condição necessária para que o estudante possa desenvolver os conteúdos trabalhados em alguma componente curricular. Esta condição se expressa, usualmente, pela exigência de aprovação em outra(s) componente(s) curricular(es) que trabalhou (trabalharam) os conhecimentos julgados necessários.

O Colegiado de Curso deve utilizar a imposição de pré-requisitos com parcimônia, uma vez que este tipo de condição, normalmente, engessa o curso e impede aos acadêmicos de terminarem o curso no prazo previsto se a cadeia de pré-requisitos for muito extensa.

Uma alternativa à imposição dos pré-requisitos consiste na previsão nas ementas das próprias disciplinas dos conteúdos centrais considerados necessários para aprendizagem e a estratégia de buscar a recuperação destes conteúdos na própria disciplina de modo que cada disciplina seja autocontida.

2.7.3 Tabela de equivalência das disciplinas

Necessária quando ocorre mudança no Projeto Pedagógico do Curso, a Tabela de Equivalência de disciplinas aponta quais disciplinas na nova matriz curricular podem ser dispensadas de cursar para cada disciplina cursada com aproveitamento na matriz antiga. Para cursos novos, não há necessidade de construção da Tabela de Equivalências.



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

2.7.4 Lotação das disciplinas

A identificação das Unidades da Administração Setorial de lotação das disciplinas. A unidade de lotação é a Unidade da Administração Setorial responsável por ministrar a disciplina, fornecendo o docente e os espaços necessários ao desenvolvimento da disciplina. Quando da apresentação do Projeto Pedagógico de Curso, o Colegiado do Curso deve anexar as Resoluções dos Conselhos de Unidade nas quais o curso toma disciplinas aprovando a lotação de nova disciplina ou aprovando que as disciplinas nela lotada sejam ofertadas ao curso.

Em caso de divergência, caberá ao Coeg a sua solução, quando da apreciação da proposta de criação ou alteração do Projeto Pedagógico do Curso.

2.7.5 Ementário

Como informado anteriormente, a ementa de uma componente curricular é o conjunto de conhecimentos a serem trabalhados naquela componente curricular. A ementa é um resumo executivo da componente curricular. Nela não devem constar grandes áreas do conhecimento, objetivos ou procedimentos.

Neste item, para cada componente curricular disciplinar deve ser informada a sua ementa.

2.7.6 Bibliografia básica e complementar

Bibliografia básica de uma componente curricular é o conjunto de textos que cobrem o conteúdo da ementa em nível de aprofundamento suficiente para a compreensão pelo estudante dos conteúdos no nível desejado. A bibliografia complementar de cada disciplina é o conjunto de textos que complementam em extensão, profundidade ou forma de apresentação os textos listados na bibliografia básica.

Importante: somente podem ser listados títulos que existam na biblioteca da UFMS. O Sistema Projeto Pedagógico de Curso está interligado com o da Biblioteca Central da UFMS e faz a verificação automática desta condição. Esta exigência é decorrente dos processos avaliativos do MEC que exigem que estejam na biblioteca os exemplares para a primeira metade do curso, nos casos de processos de autorização de curso, e a bibliografia completa nos casos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso.

Tanto a bibliografia básica como a bibliografia complementar devem ser atualizadas e adequadas à concepção e ao currículo do curso, servindo de apoio ao plano de ensino que será desenvolvido na disciplina. É importante que os colegiados de curso verifiquem se existem exemplares das bibliografias listadas no PPC na biblioteca. Caso elas não existam, a sua compra deve ser solicitada à biblioteca central. O Sistema Eletrônico de PPC não aceitará títulos que não existam na biblioteca na bibliografia.



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

A bibliografia deve ser inserida em ordem alfabética e de acordo com as normas da ABNT: NBR 6023, para referências, e NBR 10520, citações⁴. Estas normas podem ser consultadas a partir do portal da Biblioteca Central da UFMS.

Tanto a bibliografia básica como a complementar devem conter no mínimo três títulos. Sugere-se que somente sejam listados títulos neste item cujo número de exemplares na biblioteca seja pelo menos igual a um exemplar para cada dez a doze alunos por entrada dos cursos que efetivamente utilizam a bibliografia por disciplina.

Por exemplo, um curso com uma entrada anual de 50 alunos deve ter entre 4 e 5 exemplares de cada título relacionado na bibliografia básica ou complementar se somente um curso utilizar os títulos listados. Se dois cursos com mesmo número de alunos na entrada utilizarem a mesma bibliografia as duas entradas devem ser computadas. Isto é válido para todas as disciplinas.⁵

2.7.7 Política de implantação da nova matriz curricular

A política de implantação é a forma pela qual o novo currículo será implantado. Atualmente, na UFMS, pela resolução Coeg 269/2013 a implantação de um novo currículo deve ser plena, ou seja, todos os alunos devem migrar para a nova estrutura aprovada. As principais exceções a esta regra são:

- Implantação de mudanças curriculares por alteração nas DCNs do curso que acarretem aumento no número de semestres ou carga horária necessários à integralização do curso;
- Alteração na nomenclatura do curso.

Nestes casos, se permite a coexistência de dois *currícula* diferentes, até a extinção do currículo mais antigo.

O PPC deverá indicar claramente a proposta de implantação do novo currículo citando os procedimentos e mecanismos didático-pedagógicos e acadêmico-administrativos adotados para a efetivação do projeto pedagógico, referente ao currículo anterior.

2.8 Políticas

As políticas listadas aqui devem ser coerentes com o Plano de Desenvolvimento Institucional e devem apontar claramente as normas gerais e procedimentais para o desenvolvimento do curso. É importante salientar que estas políticas têm interface com políticas institucionais (no nível de definição e no de gestão). Contudo, no PPC a descrição destas políticas deve ser guiada pela interface didático – pedagógica com o desenvolvimento do currículo.

⁴ Estas são as normas seguidas neste texto.

⁵ Critério para o conceito 3 no formulário de avaliação de curso do INEP.



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

2.8.1 Capacitação do corpo docente

Texto padrão a ser inserido pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

2.8.2 Inclusão de pessoas com deficiência

Devem ser descritas as políticas institucionais e também as políticas específicas seguidas no curso para que pessoas com deficiência possam ser atendidas de modo a desenvolver suas potencialidades. O foco aqui deve ser a inclusão do ponto de vista pedagógico. Aspectos como metodologias de ensino, estratégias para garantir a permanência, atendimento individual, materiais instrucionais alternativos, etc. devem ser o foco.

Neste item, em especial, devem ser descritas as estratégias pedagógicas a serem desenvolvidas com pessoas com doença do espectro autista (requisito legal).

Gostaríamos de enfatizar que a descrição aqui deve transcender as adaptações arquitetônicas ou ergonômicas, mas centrar no didático – pedagógico.

2.8.3 Inclusão de cotistas

Neste item as estratégias para inclusão de alunos cotistas no âmbito do curso devem ser descritas. Novamente, temos interface entre políticas institucionais e políticas específicas do curso. Não, necessariamente, um aluno cotista é um aluno com deficiências de aprendizagem ou que esteja em estado de vulnerabilidade. Contudo, as cotas foram implantadas como forma de resgate de pessoas que pertencem a grupos de excluídos ao longo da história, daí a necessidade das cotas. Portanto, é possível que muitos destes alunos tenham defasagens de aprendizagens e tenham uma condição socioeconômica desfavorável.

Neste sentido, as estratégias de apoio a estes alunos, que lhes permitam recuperar possíveis atrasos de aprendizagem devem ser descritas. Um ponto, no entanto, é preciso afirmar enfaticamente: estas estratégias não podem ser excludentes, separando o grupo de cotistas dos demais estudantes, portanto estigmatizadoras, mas devem fazer parte de uma estratégia global de apoio a estudantes que têm deficiências de aprendizagem, cotistas ou não.

Também, as políticas de apoio aos cotistas em situação de vulnerabilidade econômica (por exemplo, o fornecimento de materiais necessários ao desenvolvimento das atividades do curso) devem ser descritas. Observe-se que o objetivo da instituição é não somente receber o cotista, mas, também, de garantir sua permanência na instituição até a conclusão do curso no tempo adequado. Novamente, estas estratégias fazem parte da estratégia global de apoio a estudantes com vulnerabilidade econômica, cotista ou não.

2.8.4 Atendimento aos requisitos legais e normativos: relações étnico-raciais, direitos humanos, história afro-brasileira, história africana e indígena e educação



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

ambiental

Os cursos de graduação devem cumprir **todos** os requisitos legais. Ao final deste texto, são listadas todas as legislações que devem ser consultadas para a elaboração do PPC do curso. Nenhum curso pode ter seu PPC aprovado se os requisitos legais não forem cumpridos.

2.9 Sistema de avaliação

2.9.1 Sistema de avaliação do processo formativo

Neste item, deve ser descrito o Sistema de avaliação do curso. Devem ser indicados os procedimentos de avaliação do processo formativo. Deve existir coerência entre o sistema de avaliação do processo formativo com a concepção do curso e com o perfil desejado do egresso, como descrito no Projeto Pedagógico.

É importante salientar que o Sistema de Avaliação do processo formativo deve contemplar todas as dimensões listadas nos itens 2.5.1 e 2.5.7.

A avaliação deve ser entendida como um processo que transcende a aplicação de avaliações e exames, mas que deve ser pautada, também, em análises subjetivas do desenvolvimento dos sujeitos em direção aos objetivos propostos pelo curso em seu projeto pedagógico. Por exemplo, capacidades ligadas ao saber fazer profissional, tais como autonomia, protagonismo, responsabilidade ética e social e outras semelhantes devem ser objeto de avaliação ao longo do processo formativo.

2.9.2 Sistema de autoavaliação do curso

A autoavaliação constitui o conjunto de processos relacionados a avaliação pelo sujeito de sua ação em função dos objetivos que se propôs. No caso de um curso de graduação, a autoavaliação envolve a avaliação por todos os sujeitos ligados a ele dos pontos nos quais o processo formativo mostra-se eficiente, no sentido de contribuir para a consecução dos objetivos propostos pelo projeto do curso, e dos pontos que precisam de atenção, por não estarem contribuindo positivamente para a consecução daqueles objetivos. Na UFMS, já temos um sistema de avaliação dos cursos promovido pela Comissão Própria de Avaliação, que inclui a autoavaliação como uma de suas componentes. É necessário explicitar no PPC do curso este processo e os mecanismos pelos quais os responsáveis pelo curso pretendem estimular a participação da comunidade envolvida na autoavaliação no curso e também os mecanismos pelos quais os resultados da avaliação serão incorporados no planejamento e nos processos de reformulação do curso.

É importante ter em mente de que a autoavaliação deve servir como ferramenta de gestão e ser seguida por uma etapa de planejamento para superação dos pontos fracos apontados: de professores, de disciplinas, de programas, de órgãos de suporte acadêmico, de egressos, de ingresso (calouros) e de conteúdos. O PPC deve indicar como os resultados da autoavaliação serão utilizados para a melhoria do curso.



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

2.9.3 Participação do corpo discente na avaliação do curso

Explicitar os mecanismos efetivos de acompanhamento e participação dos acadêmicos na avaliação do curso.

2.9.4 Projeto institucional de monitoramento e avaliação do curso

Indicar o sistema de avaliação e monitoramento do curso implantado pela UFMS. Deve ser indicada a avaliação externa realizada pelos órgãos do Sistema Federal de Ensino (preenchido automaticamente pelo sistema).

2.10 Atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação

Os regulamentos relacionados a este item devem ser anexados ao Projeto Pedagógico de Curso. São regulamentos importantes de serem incorporados, quando houver: Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, Regulamento das Atividades Complementares, Regulamento de Estágio e Regulamento de Laboratórios (didáticos ou específicos do curso ou informática).

2.10.1 Atividades Orientadas de Ensino (quando houver)

As Atividades Orientadas de Ensino são estudos orientados por um docente, realizadas por um aluno ou grupo de alunos com o objetivo de aprofundar a compreensão de uma subárea da área de formação do curso. Caracterizam-se por serem estudos a partir de bibliografia da área (livros, artigos, vídeos, exposições, concertos, etc.) que aprofundam o entendimento do estudante de uma subárea da sua área de formação, satisfazendo algum centro de interesse. São atividades desenvolvidas de forma autônoma, fora do espaço da sala de aula.

O orientador destas atividades tem o papel de indicar leituras e atividades ao estudante, de discutir com ele as temáticas estudadas, tirando as dúvidas do estudante, orientando-o sobre quais procedimentos deve tomar.

Estas atividades não envolvem trabalho de pesquisa ou de prática, mas podem envolver atividades experimentais ou de campo.

Estas atividades deverão ser registradas por meio de Plano de Trabalho aprovado pelo Colegiado de Curso. O professor orientador deverá indicar ao Colegiado de Curso, ao final do período previsto no Plano de Trabalho, se o estudante cumpriu ou não os objetivos propostos.

2.10.2 Atividades complementares

Atividades Complementares, como o próprio nome diz, são atividades diversas daquelas realizadas usualmente do curso e que têm por objetivo o desenvolvimento da Dimensão Pessoal no processo formativo, pelo desenvolvimento de atividades ligadas a outros centros de interesse dos estudantes que não as dimensões contempladas pelo curso. Podem ser atividades de natureza científica ou artística ou técnicas.



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

O PPC deve: *i)* explicitar os mecanismos efetivos de acompanhamento e de cumprimento de atividades complementares; *ii)* indicar os critérios para a elaboração dos relatórios e aproveitamento das atividades realizadas como atividades complementares; e *iii)* indicar a relação professor/aluno na orientação das atividades complementares.

2.10.3 Atividades de extensão

Explicitar como as atividades de extensão serão incorporadas no PPC do curso e quais os tipos de atividades de extensão serão praticadas. Deve ser lembrado aqui que pelo Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), Meta 12.7, teremos que ter, até o ano de 2024, 10 % da carga horária do curso em atividades de extensão.

Deve ser lembrado aqui que extensão universitária não é assistencialismo ou ensino, mas uma atividade que une o ensino e a pesquisa em uma prática transformadora que será objeto de reflexão no espaço do curso. Segundo o Plano Nacional de Extensão:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 2015).

2.10.4 Atividades obrigatórias (específicos para os cursos da ead)

Neste item, específico para cursos na modalidade EaD ou cursos que tenham percentual da carga horária desenvolvida por meio de atividades na EaD, deverão ser descritos o sistema de avaliação presencial, a periodicidade dos encontros presenciais, a exigência de participação em atividades síncronas e assíncronas.

2.10.5 Estágio obrigatório (quando houver) e Não Obrigatório

Explicitar os mecanismos de acompanhamento e de cumprimento do estágio. Devem ser indicados: *i)* os critérios para a elaboração dos relatórios de atividades realizadas durante o estágio obrigatório; *ii)* indicar a relação professor/aluno na orientação de estágio; *iii)* indicar outros aspectos específicos do curso.



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

2.10.6 Natureza do Estágio

De acordo com as normas institucionais vigentes, indicar se o estágio é direto ou semidireto. Este campo permitirá apenas escolher entre uma ou outra opção.

2.10.7 Participação do corpo discente nas atividades acadêmicas;

Explicitar a forma de participação dos acadêmicos em: *i)* programas; *ii)* projetos; *iii)* atividades de iniciação científica, de extensão e de ensino; *iv)* atividades articuladas com o setor produtivo ou de serviço ou em atividades fora da UFMS; *v)* atividades de rotina (laboratórios do curso, observações in loco, fazendas, museus, escolas, etc.); e *vi)* outras atividades pertinentes ao curso.

2.10.8 Prática de ensino (específico para os cursos de Medicina)

Descrever como as atividades de prática serão desenvolvidas nas disciplinas.

2.10.9 Prática de ensino na área de saúde (específico para os cursos da área de saúde, exceto Medicina)

Descrever como as atividades de prática serão desenvolvidas nas disciplinas.

2.10.10 Prática de Ensino como componente curricular (específico para os cursos de licenciatura)

A prática de ensino não deve ser entendida como disciplina de estágio. São momentos diferentes da formação dos estudantes. A prática de ensino deve ser compreendida como um momento de formação no qual situações da vivência profissional são pinçadas para serem propulsoras do processo de construção do conhecimento. O estágio, por outro lado, deve ser concebido como um momento integrador de conhecimentos já adquiridos pelo sujeito, mediados por uma situação vivenciada no espaço profissional na qual há uma situação problematizadora, na qual estes conhecimentos são necessários para a superação da problemática apresentada. Aplica-se aqui o conceito de *Isomorfismo* entre o espaço de formação e o espaço da atuação profissional (IMBERNÓN, 2006).

No plano ideal, a Prática de Ensino não deve ser vista como disciplina isolada das disciplinas de construção do conhecimento específico, mas como um conjunto de atividades desenvolvidas ao longo do processo de construção do conhecimento. Um exemplo deste tipo de abordagem são aquelas baseadas em estudo de caso ou aprendizagem baseada em problemas (PBL, do nome em inglês, *Problem Solving Learning*). O importante na Prática de Ensino é que a situação problematizadora tenha conexão com o mundo da atividade profissional.

O PPC deve explicitar: *i)* os mecanismos efetivos de acompanhamento e avaliação do cumprimento da prática de ensino; *ii)* indicar os critérios para a elaboração dos relatórios de atividades realizadas durante a realização da prática de ensino; *iii)* indicar a relação professor/aluno na orientação da prática de ensino; e *iv)* indicar outros aspectos específicos do curso.



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

2.10.11 Trabalho de conclusão de curso (quando houver)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um trabalho desenvolvido pelo estudante ao final do curso como elemento mediador do processo de coordenação dos conhecimentos desenvolvidos ao longo do curso. Este trabalho pode ser um trabalho de revisão da literatura em determinada área, subconjunto da área maior de conhecimento do curso, relato de pesquisa empírica, reflexão teórica, relato de experiência, estudo de caso, etc.

O TCC deve, necessariamente, ser desenvolvido sob a supervisão de docente do curso, com a experiência necessária no campo para orientar o aluno.

Este tipo de trabalho não tem por objetivo ser um trabalho de iniciação científica ou à de iniciação à docência, mas sim o de ser uma atividade que vai integrar diversos campos de conhecimento da área do curso, promovendo o que na Teoria da Aprendizagem Significativa chama de Reconciliação Integrativa (ROSA, 2011).

O PPC deve: *i)* explicitar os mecanismos efetivos de acompanhamento e avaliação do cumprimento do trabalho de conclusão de curso; *ii)* indicar os critérios para a elaboração do trabalho de conclusão de curso; *iii)* indicar a relação professor/aluno na orientação de trabalho de conclusão de curso; e *iv)* indicar, quando houver, aspectos específicos do curso que devem ser contemplados no TCC.

2.11 Desenvolvimento de materiais pedagógicos (obrigatório para cursos na EaD)

Explicitar a existência/previsão de desenvolvimento de materiais pedagógicos pelo curso.

2.12 Infraestrutura necessária ao curso

Descrever qual a infraestrutura (espaços, mobiliário e equipamentos) necessária ao desenvolvimento do curso, tanto a que já existe como a que será necessária construir ou adquirir.

2.13 Plano de incorporação dos avanços tecnológicos ao ensino de graduação

Explicitar o plano de incorporação dos avanços tecnológicos ao ensino de graduação, mencionar a existência de laboratórios. Novamente, aqui se trata do didático – pedagógico. O PPC do curso deve explicitar as estratégias de ensino que serão utilizadas para a inclusão dos avanços tecnológicos ao processo formativo.

2.14 Considerações finais

Neste item, do PPC um texto descritivo síntese do PPC deve ser inserido. Este texto deve ser um resumo executivo da proposta de formação concretizada pelo PPC.

2.15 Referências

A bibliografia listada no PPC deve ser aquela utilizada na construção do próprio PPC. A bibliografia das disciplinas deve ser listada no item 2.7.6.



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

2.16 Anexos

Anexar ao Projeto Pedagógico do Curso os seguintes documentos: Regulamento do Estágio, Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, Regulamento das Atividades Complementares, Regulamento dos Laboratórios de Uso Comum.

Os Regulamentos devem ser acompanhados dos respectivos atos de aprovação do Projeto Pedagógico pelo Colegiado de Curso e do Conselho da Unidade da Administração Setorial de lotação do curso.

2.17 Apêndices



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

2.18 Apêndice – Requisitos legais que devem ser contemplados no PPC do curso

	Requisito legal	Legislação pertinente
1.	Carga Horária mínima em horas para Bacharelados e Licenciaturas	Resolução CNE/CES n° 02/2007 (Bacharelados) Resolução CNE/CES n° 04/2009 (Área da Saúde) Resolução CNE/CP n° 02/2015 (Licenciaturas) Resolução CNE/CP n° 1/2011 (Letras)
2.	Carga Horária mínima em horas para Cursos Superiores de Tecnologia	Portaria n° 10/2006 Portaria n° 1024/2006 Resolução CNE/CP n° 3/2002
3.	Comissão Própria de Avaliação	Lei 10861/2004
4.	Condições de acessibilidade e Proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do espectro autista	NBR 9050/2004 Capítulo 4 da Lei 10098/2000 Decreto 5296/2004 Portaria 3284/2003 Decreto 7611/2011 Lei 12764/2012 Nota Técnica INEP n° 25/2015
5.	Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia	Portaria Normativa n° 12/2006
6.	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	Parecer CNE/CP n° 8/2012 Resolução CNE/CP n° 1/2012



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

7.	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena	Lei nº 9394/1996 Lei nº 10639/2003 Lei nº 11645/2008 Resolução CNE/CP nº 1/2004 Parecer CNE/CP nº 3/2004
8.	Disciplina de Libras	Decreto nº 5626/2005
9.	Manutenção e guarda do acervo acadêmico Informações acadêmicas	Portaria nº 1224 de 18 de dezembro de 2013 Nota Técnica conjunta Seres/MEC – Inep/MEC nº 02/2014 Portaria Normativa nº 40/2007 Portaria Normativa nº 23/2010
10.	Núcleo Docente Estruturante	Resolução CONAES nº 1/2006
11.	Políticas de Educação Ambiental	Lei nº 9795/1999 Decreto nº 4281/2002
12.	Prevalência de avaliação presencial pra EaD	Decreto nº 5622/2005
13.	Regime de trabalho do corpo docente	Lei 9394/1996 Resolução CNE/CES nº 3/2010
14.	Requisitos do curso	Diretriz Curricular Nacional do Curso
15.	Tempo de Integralização	Resolução CNE/CES nº 2/2007 (Bacharelados) Resolução CNE/CP nº 2/2015 (Licenciaturas)
16.	Titulação do corpo docente	Lei 9394/1996 Resolução CNE/CES nº 1/2010 e nº 3/2010



Este é um texto para discussão e não deve ser divulgado sem autorização.

3 Referências

AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D. & H. H. **Psicologia Educacional**. Rio de Janeiro: Editora Interamericana LTDA, 1980.

BAKTHIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRASIL/MEC/INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos Presenciais e a Distância**. Brasília: INEP, 2015.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. FORPROEX. Manaus. 2015. Acesso em setembro de 2015.

GOLEMAN, D. **Inteligência Emocional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. Série Questões de Nossa Época.

MOREIRA, M. A. **Uma Abordagem Cognitivista ao Ensino de Física**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1983.

PIAGET, J. **A Epistemologia Genética: sabedoria e ilusões da Filosofia; Problemas de Psicologia Genética**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

PIATELLI-PALMARINI, M. (.). **Teorias de linguagem, teorias da aprendizagem: o debate entre Jean Piaget e Noam Chomsky**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix/Ed. da USP, 1983.

ROSA, P. R. S. **Instrumentação para o Ensino de Ciências**. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2011.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente - O desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. Tradução de J. C. NETO; L. S. M. BARRETO e S. C. AFECHE. 4.ed. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Tradução de Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1993. revisão técnica José Cipolla Neto.